

HABEAS CORPUS Nº 570.156 - MG (2020/0078411-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : THIAGO RODRIGO DA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : TATIANI CRISTINA CARRERAS - SP445208
THIAGO RODRIGO DA COSTA - SP440541
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DEIVID DONIZETE CARRERAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEIVID DONIZETE CARRERAS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 26/11/2019 pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 288, *caput*, e 155, § 4º, IV, ambos do Código Penal.

Asseveram os impetrantes que o Juízo de primeiro grau não revisou a necessidade de manutenção da prisão preventiva, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, que ordena que seja revista de ofício a cada 90 dias.

Alega ausência de contemporaneidade entre os fatos e o decreto prisional porque os supostos crimes foram praticados nas datas de 4/5/2018, 7/6/2018, 7/8/2018, 31/10/2018 e 6/2/2019, e a decisão que decretou prisão foi exarada em 19/11/2019.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente, e em consideração à Recomendação n. 62/2020 do CNJ, em virtude do risco de contaminação da COVID-19.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente